

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS

Rural Education from the perspective of the Agricultural Family Schools

**Karolyna Maciel dos Santos Cordeiro**

<https://orcid.org/0000-0003-3236-5920>

Prefeitura Municipal de Maratáizes, Maratáizes, Brasil.

Contato: [karolynamaciel@gmail.com](mailto:karolynamaciel@gmail.com)

**Leandro Garcia Pinho**

<https://orcid.org/0000-0002-8013-0520>

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, Campos dos Goytacazes, Brasil.

Contato: [leandrogarciapinho@gmail.com](mailto:leandrogarciapinho@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho pretende traçar aspectos históricos e pedagógicos da política educacional de implementação das Escolas Famílias Agrícolas. Tais instituições utilizam como metodologia de ensino a Pedagogia da Alternância, uma experiência voltada aos jovens de área rural, em regime de internato, abrangendo educação básica e profissional, formando lideranças e buscando o desenvolvimento agrícola. O projeto das Escolas Famílias Agrícolas surgiu na França, em 1935, ligado à Igreja Católica e expandiu-se por diversas partes do mundo. O modelo surgiu no Brasil em 1968 no Espírito Santo. Com este trabalho acredita-se ser possível compreender a relação dos sujeitos escolares com a pedagogia praticada em tais locais.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância; Educação do Campo; Escola Família Agrícola.

**Abstract:** This work intends to outline the functioning of the Agricultural Family Schools (EFA), an important educational policy that still has a shortage of academic studies, regarding its didactic-pedagogical configuration. These institutions use as teaching methodology the Pedagogy of Alternation, an experience aimed at young people from rural areas, in boarding school, covering basic and professional education, forming leaderships and seeking agricultural development. The Agricultural Family Schools project came into being in France in 1935, linked to the Catholic Church and expanded to various parts of the world. The model appeared in Brazil in 1968 in Espírito Santo. With this work it is believed that it is possible to understand the relation of the school subjects with the pedagogy practiced in such places.

**Keywords:** Pedagogy of Alternation; Rural Education; Agricultural Family School.

## Introdução

A presente pesquisa tem como foco mostrar o funcionamento das Escolas Famílias Agrícolas, que contam com uma metodologia de ensino diferenciada, conhecida como Pedagogia da Alternância, a qual pretende atender às peculiaridades dos alunos e enfatizar as atividades agrícolas regionais, com vistas à profissionalização. Esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, que vem a atender aos objetivos iniciais dos autores de conhecer o tema, como subsídio para uma pesquisa maior, tratando-se neste momento da fase e/ou percurso do levantamento histórico-bibliográfico.

Os avanços das políticas sociais voltadas para as populações do campo são notáveis nos últimos anos. O intuito é revalorizar o rural como local de trabalho e de vida, portanto como um *lócus* privilegiado para desenvolver a educação básica do campo. Como afirma Godoy do Nascimento (2004), as políticas públicas para o campo são necessárias para fortalecer a identidade deste local, garantindo atendimento diferenciado. Assim, podemos inferir que as Escolas Família Agrícolas enfrentam o desafio de buscar inovações na educação do campo, como uma forma de “apoiar iniciativas de inovação das estruturas e currículos, construindo uma pedagogia adequada ao meio rural e que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos e alunas com sua comunidade de origem” (GODOY DO NASCIMENTO, 2004, p. 7).

Primeiramente, pretende-se explorar os conceitos e as discrepâncias entre o rural e o urbano, inserindo a educação do campo neste cenário. É importante também aprofundar as questões que envolvem o funcionamento das Escolas Famílias Agrícolas no que diz respeito à implementação da Pedagogia da Alternância como principal metodologia de ensino.

## Situando o rural e o urbano no Brasil

Este texto se inicia pontuando que compreender, caracterizar e distinguir as diferenças e relações entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, não é uma tarefa simples. Isto ocorre porque nada está acabado, o urbano não vive sem o rural e vice-versa. O rural vem se refazendo e se ressignificando para além das atividades agrícolas e do setor primário. O fato é que ambos contêm traços do seu processo de construção e transformação passadas.

Sobre o início do espaço geográfico constituído pelo campo-cidade, Mumford (1998, p. 11) apud Talaska, Silveira e Etges (2013, pp. 2-3) coloca que:

Antes da cidade, houve uma pequena povoação, o santuário e a aldeia, antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, essencialmente, com outras espécies animais.

As primeiras cidades surgiram com a necessidade do homem em domesticar animais e praticar a agricultura de subsistência, fazendo com que ocorresse uma aglomeração de pessoas no mesmo território (TALASKA, SILVEIRA e ETGES, 2013). Basicamente, o comércio, os intelectuais e os governantes se situavam nas cidades. Já o campo era o lugar

que preservava a paisagem natural, privilegiando a produção agrícola e de matéria prima, que seria comercializada na cidade. A dicotomia entre urbano e o rural é bem demarcada, reduzindo o rural ao agrário. Veiga (2006, p. 341) explica que

O conceito de sociedade urbana foi proposto por Lefebvre para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede. É por revolução urbana, o autor designa o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e industrialização ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente.

Antes, havia um limite bem definido entre os dois espaços, mas com a modernização e o aperfeiçoamento dos meios de transporte, a interconexão entre o campo e a cidade aumentou. A revolução industrial também contribuiu para este relacionamento, engendrando fluxos contínuos de trabalhadores rurais nas cidades. O campo também evoluiu e se ressignificou, passando a utilizar novos produtos agropecuários e tornando os trabalhadores assalariados, causando uma interdependência econômica e social entre os territórios. Daí decorre a dificuldade atual na distinção entre os dois espaços (TALASKA, SILVEIRA e ETGES, 2013). Hodierno, Veiga (2004, p. 79) define que “nada é mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles”.

É visto que os territórios rurais estão se desenvolvendo com maior autonomia e dinamismo, inclusive com a presença do setor terciário em territórios maiores e mais desenvolvidos, atraindo renda e produtividade. Assim, Veiga (2006) coloca que o rural caminha para duas dimensões: a econômica e a ambiental. Ao mesmo tempo que o campo pode ser conservador com suas paisagens naturais e seu meio ambiente, pode também admitir atividades econômicas que causem baixo impacto no ambiente, permitindo que se mantenha a qualidade de vida. Surge, segundo Anjos e Caldas (2014, p. 387), uma “idealização do rural como construção social própria do momento histórico vivido pela sociedade contemporânea”. Desta forma, nasce uma nova ruralidade, em que

A dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade de vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia (VEIGA, 2006, p. 335).

Contudo, a crescente relevância do rural e a mobilidade entre cidade-campo, que contribuíram para que o rural emergisse, bem como o empreendedorismo local com a agricultura como principal fonte econômica, seja ela de subsistência ou não, fizeram com que surgisse essa nova ruralidade. A ideia de renascimento do rural vem para marcar a transição entre duas épocas, remetendo à evolução.

Talaska, Silveira e Etges (2013), embasados por estudos de outros autores, apontam que existem quatro critérios capazes de definir o urbano e o rural. São eles:

- As unidades espaciais: alvo de questionamentos, este critério se baseia nas diferenças entre campo e cidades, utilizando somente o perímetro urbano municipal

como parâmetro. Assim, o rural está além do perímetro urbano, definindo-se a extração de renda da terra (IPTU urbano e ITR rural);

- O patamar demográfico: é necessário definir o número absoluto da população, onde o urbano é dado pela aglomeração de pessoas e o rural pela dispersão delas, denotando muita arbitrariedade em seus padrões;
- A densidade demográfica: coloca o número de habitantes em determinada área, onde o urbano possui maior densidade demográfica e o rural menor. Assim, a concentração demográfica é uma característica das cidades, por possuir infraestrutura com edificações, equipamentos e variadas possibilidades;
- A ocupação econômica da população: neste sentido, o urbano é associado às atividades secundárias e terciárias (não agrícolas), ao passo que o rural se ocupa das atividades primárias (agrícolas).

Tais características colocam as cidades urbanas como lugar central na sociedade, um elemento dominante, fazendo uma oposição entre o rural e o urbano. Entretanto, é importante salientar que, atualmente, não é possível tomar isto como verdade absoluta, posto que os modos de vida entre tais espaços geográficos se interpenetram a todo momento, não podendo defini-los como opostos, pois um é influenciado e dependente do outro.

Já Veiga (2006), sobrepondo o rural sobre o urbano, coloca quatro características do rural como modo particular de utilização do espaço e de vida social, sendo elas:

- Baixa densidade demográfica, em que predominam as paisagens;
- Predomínio da economia agro-silvo-pastoril;
- Coletividade de tamanho limitado e relação particular com o espaço;
- Identidade com conotações da cultura camponesa.

Contudo, a emergência do rural é mostrada como algo bom, que surge para acabar com os estereótipos que massacravam o rural e exaltavam o urbano, fazendo com que o êxodo rural diminua significativamente. Assim, os atores do campo permanecem os mesmos, mas se organizam de maneira diferenciada para prezar pelo que é seu e valorizar o que tem.

Também é necessário pensar no rural como local de qualidade de vida, e não só como agrário. As paisagens, água limpa, ar puro, silêncio e tranquilidade são atributos valorizados por muitas pessoas que buscam fugir da vida agitada dos centros urbanos, procurando lugares bucólicos para seu descanso. Desta forma, o campo vem sendo ressignificado e repensado a partir das suas características marcantes, sobrepondo-se ao urbano em muitos pontos e modificando sua representação social perante a questão territorial. Contudo, está ocorrendo uma:

Forte revalorização da ruralidade, em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização. São rurais as amenidades que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais, tanto as fontes de baixa entropia, quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações. O valor do espaço rural está cada vez mais ligado a tudo o que distingue do espaço urbano (VEIGA, 2004, p. 91).

Veiga (2004, p. 77) coloca o processo de urbanização no Brasil, que tem uma

peculiaridade única no mundo, em que “o país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais”. Municípios pequenos são contabilizados como urbanos, só por possuir uma sede, mesmo que possuam menos de 20 mil habitantes. Estes parâmetros não são ideais para que se meça o que é rural e o que é urbano, uma vez que denotam uma característica de que o Brasil é mais urbano do que rural, o que é ilusão. O mesmo autor diz em seu estudo que, aproximadamente quatro mil e quinhentas sedes de municípios são imaginárias, por não possuírem coleta de lixo, varredura de ruas, recolhimento de IPTU e esgoto encanado, por exemplo. Deste modo, estas sedes que foram caracterizadas como urbanas anteriormente, são, na verdade, rurais. As localidades podem ser separadas por um critério de 80 habitantes por quilometro quadrado (hab/km<sup>2</sup>), posto que os centros urbanos são caracterizados por possuírem, no mínimo, 100 mil habitantes.

Talaska, Silveira e Etges (2013, p. 11) assinalam que as categorias cidade-campo, urbano-rural devem ser diferenciadas.

Campo e cidade, entendidas enquanto materialidade, meio, condição e produto da sociedade, espaços construídos/modificados que manifestam em seus conteúdos os processos contraditórios de desenvolvimento histórico da sociedade. (...) o urbano e o rural, compreendidas enquanto relações sociais, ou seja, formas abstratas, também condição e produto do desenvolvimento histórico da sociedade, mas que extrapolam os limites morfológicos da cidade e, no sentido inverso, os limites do campo.

A imagem do rural está sendo reconstruída com um novo discurso, pois passa por várias transformações ao longo da contemporaneidade, na qual as representações sociais são construídas coletivamente, como as pessoas constroem seu conhecimento, transformando as ideias em ações. Para Moscovici (2011) as representações sociais têm duas funções: dar forma aos objetos, colocando-os como um modelo a ser partilhado pelas pessoas; se impor sobre as pessoas de tal forma que combinem uma estrutura antes de ser pensada com uma tradição do que deve ser pensado. “As representações sociais que combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vem à nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém” (MOSCOVICI, 2011, p. 201). Contudo, quem cria estas representações são as pessoas e os grupos aos quais pertencem, por meio da sua comunicação e linguagem, quando se põem a falar das representações sociais.

Desta forma, a linguagem se torna um fator importante para determinar as representações sociais, pois é através dela que as coisas ganham nome e se espalham até serem firmadas no pensamento da sociedade. O rural, que antes era pensado como o agrícola, o bucólico, passou por uma nova roupagem e ganhou uma nova representação social, na qual sai das sombras do urbano e cria seus próprios mecanismos de subsistência, renda familiar e modo de vida, colocando sua importância para a política e a economia do país.

Gray (2000) apud Anjos e Caldas (2014), elabora quatro fases do rural na Europa (podendo ser utilizadas no Brasil), que se estabelecem como uma evolução do estritamente agrícola até um modelo parecido com o que temos atualmente, enumerando os meandros enfrentados para que a quarta fase chegue aonde está, ou seja, como a ruralidade está

sendo socialmente representada. Tais fases são:

- Na primeira, é configurada pela agricultura, por seu espaço natural e seus valores familiares;
- Na segunda fase, iniciam-se os discursos (representações sociais) para sua projeção como localidade, preservando a agricultura, as paisagens e a produção familiar, mas também dando espaço à produção agropecuária;
- Já na terceira fase, como espelho do capitalismo, o rural ganha autonomia frente a agricultura, se tornando um local voltado ao consumo. O rural começa a valorizar suas riquezas e diversidades, abrindo o leque de atividades para o comércio, prestação de serviços, pequenas e médias fábricas, não renunciando ao lazer e a preservação do meio ambiente em sua nova representação social;
- Na quarta fase aparece a imagem diversificada do rural, definindo as regiões em três grupos: essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanos (ANJOS e CALDAS, 2014).

Este desenho explicativo mostra como as transformações do rural na sociedade pós-industrial foram operadas pelas novas representações sociais. “Uma nova imagem do rural foi erigida, criando quadros de referência e impondo uma forma inovadora de recriar a realidade, com suas implicações e interfaces, que merecem ser analisadas” (ANJOS e CALDAS, 2014, p. 394).

A verdade é que o urbano e o rural de hoje não são iguais aos de ontem, pois passaram por muitas transformações, adquirindo novos elementos, novas funções e, por que não dizer, novas identidades, materializada pela sociedade organizada em suas relações sociais e de trabalho. Numa nova configuração de pensamento, o rural e o urbano se aproximam, mas não se anulam em suas especificidades. As afinidades e diferenças entre eles são ressaltadas, mostrando suas relações e reafirmando a existência e importância do rural na sociedade.

Falando um pouco sobre políticas educacionais, as políticas de governo de cunho capitalista tendem a ser compensatórias, de modo a tentar superar a pobreza, mas nunca a eliminar o modo de produção do capitalismo. Quanto a isto, Tafarel e Molina (2012, p. 573) definem que

São estes os traços básicos da política compensatória, focal própria do neoliberalismo para aliviar a pobreza e jamais para superar o modo de produção capitalista, que tem na propriedade privada, no Estado burguês e nos valores individualistas e egoístas da família burguesa seus pilares centrais de sustentação. O Brasil, até o momento, não atingiu a supremacia e soberania no campo educacional para superar o modo de o capital organizar a produção e a reprodução da vida. Somos um país de educação dependente dos países imperialistas. Nossos planos educacionais continuam vindo de fora.

Isso mostra claramente as tensões existentes entre a classe dominante e os dominados (como dito anteriormente sobre a relação contraditória entre o campo e a cidade), a luta de forças entre os dois polos e a sede de se manter no poder daqueles que manipulam os mais fracos e sua força de trabalho. As políticas de Educação do Campo



tendem a pensar de forma contrária ao capitalismo e ao agronegócio, que exploram o trabalhador rural, e pretendem refletir sobre as características do ser humano e do campo que desejam, com valores baseados na solidariedade e na cooperação.

Contudo, é nítido que a Educação do Campo necessita de políticas sociais que atinjam às populações rurais, ofertando-lhes qualidade de vida mais digna e proporcionando-as condições para superação de situações de dominação.

### **Educação do Campo: a Pedagogia da Alternância e as Escolas Famílias Agrícolas**

Falar sobre a educação do campo é um desafio, pois esta modalidade busca uma metodologia específica à realidade de cada localidade rural, respeitando as particularidades e meios de vida que cada um tem. Infelizmente, ainda existem poucas escolas propriamente rurais no Brasil, haja visto que escolas no campo não são escolas do campo. As escolas no campo, em sua maioria, obedecem a uma pedagogia urbana, com metodologias iguais as usadas em escolas da cidade grande. Já as escolas do campo privilegiam a cultura do sujeito do campo, seus valores e interesses.

Isso nos leva a pensar nas diferenças existentes entre a educação rural e a Educação do Campo, que são definidas nas palavras de Souza (2008, p. 1098) como percepções bem distintas:

A concepção de educação rural expressa a ideologia governamental do início do século XX e a preocupação com o ensino técnico no meio rural, considerado como lugar de atraso. Já a educação do campo expressa a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável.

A educação rural pode ser considerada como um sistema precário, acrítico, que não se ocupa com as relações políticas, sociais e econômicas que emergem no campo, nem tampouco se preocupa em transformar a realidade dos camponeses. Além disso, a educação rural destina-se, ao longo da história brasileira, a formar mão-de-obra para trabalhar nas indústrias ou nos latifúndios. Já a Educação do Campo tem em suas veias as lutas sociais em busca de melhorias das condições de vida, trabalho e educação dos sujeitos (KHUN, 2015).

Os movimentos sociais colaboraram de forma muito importante para que os princípios da Educação do Campo fossem consolidados, de forma a atender às reivindicações e a dar visibilidade ao sujeito do campo e aos projetos de produção baseados na agroecologia. A organização desses grupos sociais vem a garantir direitos por meio das reivindicações por políticas públicas que se voltem à classe trabalhadora, buscando uma sociedade sem opressão e sem preconceito.

Desta forma, almejar uma “educação de qualidade no campo, voltada aos interesses dos camponeses, pode ajudar na construção de uma agricultura alternativa, sustentável e familiar” (GODOY DO NASCIMENTO, 2004, p. 4). Assim, a Pedagogia da Alternância tenta atender o que determina a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que em seu artigo 28 determina que:



Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

**Parágrafo único.** O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Portanto, as leis educacionais sugerem que a escola do campo se adeque à vida do campo. Todo parecer pedagógico precisa estar de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), sempre em conformidade com a realidade de cada localidade rural. Nestes termos, é de grande importância e urgência pensar no espaço escolar como um novo local de formação humana, e não somente um simples transmissor de informações e conhecimentos, propondo uma renovação pedagógica para contribuir com a cultura do campo. É necessário que o currículo esteja adaptado não só à educação formal, mas também ao trabalho na terra e ao desenvolvimento cultural da comunidade em que a escola esteja inserida.

A educação rural no Brasil apresenta uma série de elementos os quais aparecem na legislação, nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas "recomendações" dos organismos internacionais, que possibilitam traçar um esboço da educação rural brasileira a partir dos anos 30. Para a maioria das famílias rurais a passagem pela escola básica rural (do primeiro ao oitavo ano) é a única oportunidade em suas vidas de adquirir as competências que lhes permitiriam eliminar as principais causas internas do subdesenvolvimento rural. Infelizmente, essas escolas não estão cumprindo com esta importantíssima função emancipadora de dependências e de vulnerabilidades; porque os seus conteúdos e métodos são disfuncionais e inadequados às necessidades produtivas e familiares do meio rural (GODINHO, 2008, p. 1).

As Escolas Famílias Agrícolas são um exemplo de como desenvolver uma Educação do Campo significativa para estas populações, se mostrando como experiências inovadoras para os jovens que ali se instalam.

A Escola Família Agrícola (EFA) que utiliza a Pedagogia da Alternância surgiu na França, em 1935, quando um grupo de agricultores percebeu que o sistema educacional de seu país não contemplava as especificidades da educação rural. Assim, iniciaram o movimento, contando com o auxílio de um padre católico, no qual os jovens trabalhariam

nas propriedades com orientação dos pais por um tempo e alternariam esta experiência com estudos na casa paroquial. Portanto, além das disciplinas da base nacional comum, o currículo deste contexto aborda questões relativas à vida em comunidade, ao associativismo, ao meio ambiente e à formação profissional.

No Brasil, este movimento surgiu em 1969, quando o MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) fundou as Escolas Famílias Agrícolas nos municípios de Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e Anchieta (Sede do MEPES, especificamente na localidade de Olivânia) (TEIXEIRA, BERNARTT e TRINDADE, 2008).

Fonseca (2007) traz um aprofundamento interessante no que diz respeito ao histórico da EFA:

As escolas sob o regime de alternância se inscreveram no quadro do ensino profissional agrícola com um estatuto de escolas privadas reconhecidas pelo Estado Francês, porém, só em 1960 uma lei os reconheceu como modalidade pedagógica de alternância. A partir dos anos 60 e 70 este modelo pedagógico ultrapassou as fronteiras se estabelecendo com sucesso na Itália, Espanha, Portugal, depois no Continente Africano, em seguida da América do Sul e Caribe, depois para o Oceano Índico, na Polinésia – Ásia e por último na América do Norte em Quebec no Canadá. São hoje, aproximadamente, mil escolas no mundo, contribuindo com a formação de jovens e adultos no meio rural (FONSECA, 2007, p. 4).

Apresentando-se como uma experiência inovadora, as EFAs oferecem aos jovens do campo uma formação com Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, em tempo integral e regime de internato, alternando de uma semana ou mais na escola, e o mesmo período em casa. A iniciativa de criação da Escola Família Agrícola tentou solucionar dois problemas relacionados às questões do ensino regular voltado para as necessidades urbanas, levando os jovens camponeses ao êxodo rural, e à necessidade de levar ao campo o desenvolvimento tecnológico.

Nesta escola os alunos estudam leitura, escrita, matemática, e tecnologia, além de aprender a trabalhar com a terra, com as plantas, os animais e a coexistir e interagir com a realidade agrícola. Nos dias em que estão em suas casas, ensinam aos pais a utilizarem as novas tecnologias aprendidas na escola e as maneiras adequadas de lidar com a realidade do campo. Deste modo, existe a grande possibilidade que o sujeito se incorpore na comunidade, estimule a conscientização política e se valorize como ser humano. Os principais objetivos da Escola Família Agrícola (EFA) são a formação integral do aluno e a promoção do meio rural, procurando a interação entre escola e família, articulando os dois ambientes como espaços de aprendizagem contínua.

A Pedagogia da Alternância fundamenta-se na tríplice ação – reflexão – ação, almejando praticar primeiro, para depois teorizar as ações realizadas e voltar ao campo da prática com o conhecimento teórico adquirido, sempre em função de melhorar a qualidade de vida da comunidade em questão. Nesta metodologia, o primeiro ambiente é o familiar, que, interagindo com a escola, propõe o compartilhamento dos múltiplos saberes pertencentes à família, a fim de aplicar o conhecimento e a prática na comunidade agrícola. Nas palavras de Godinho (2008, p. 1):



Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando/a partilha os diversos saberes que possui com os outros atores/as e reflete-se sobre eles em bases científicas (reflexão); e, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais. A Pedagogia da Alternância baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar (através dos Planos de Estudos na família, comunidade ou na escola), procurar responder às questões (através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e experimentar (fazer experimentar em casa a partir do aprofundamento).

As aulas acontecem em sala ou no terreno da escola. Durante o curso, os alunos acompanham um plano de estudos, partilham com colegas e professores exemplos de suas propriedades, assistem a palestras, visitam fazendas e centros de pesquisa. Antes da conclusão do curso, cumprem com 250 horas de estágio trabalhando, geralmente, em grandes propriedades para desenvolver um projeto educacional e aplicar em sua própria propriedade agrícola.

Com isto, a EFA consolida-se por acreditar no sujeito do campo e na promoção de uma educação que resgata o valor da terra, promovendo educação técnica profissional, humanista e autossustentável. É um projeto que articula espaço e tempo em diferentes situações, contando com a ajuda de alguns parceiros para favorecer condições adequadas de aprendizagem. Para tanto, parte dos pressupostos de que a vida cotidiana é indissociável da escola; a aprendizagem acontece pelo fazer concreto: no dia a dia, na experiência do mundo do trabalho, na vivência familiar e comunitária; valoriza a experiência pessoal como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem; relaciona teoria e prática, numa perspectiva contínua do inacabamento.

Construir a educação do campo significa formar educadores e educadoras do e desde o povo que vive no campo como sujeitos dessas políticas públicas que estamos ajudando a construir e também do projeto educativo que já nos identifica. Como fazer isso é uma das questões que deve continuar nos ocupando especialmente (CALDART, 2002, p. 25).

Sabendo que esta metodologia de ensino e aprendizagem é diferenciada e deve ter a sua disposição materiais didáticos que contemplem sua particularidade, é necessário mencionar quem é o professor do campo. Segundo Fonseca (2007, p. 2), “a prática docente nesse tipo de experiência educativa exige do professor uma formação específica e uma dedicação integral e interdisciplinar que vai muito além do processo de ensino-aprendizagem na sala de aula”.

Ribeiro (2008) aponta que as licenciaturas não contemplavam a formação do professor em Pedagogia da Alternância, fazendo com que as organizações que adotaram esse método tivessem que contratar monitores com formações técnicas em agronomia, por exemplo. Assim, o professor que atua com Pedagogia da Alternância é chamado de

monitor, pois além da formação específica ele deve ter entrega integral a seu trabalho.

Com o pioneirismo do estado do Espírito Santo nesta modalidade de ensino, o MEPES também foi responsável pelo treinamento e formação inicial dos monitores. Depois, com a expansão para outros estados, foi criada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), atribuindo novas visões e novas práticas ao meio.

El papel del docente se define como el de un ‘acompañante cognitivo’, que es quem debe, por ello, desarrollar una batería de actividades destinadas a hacer explícitos los comportamientos implícitos de los expertos, de manera tal que el alumno pueda observarlos, compararlos con sus propios modos de pensar, para luego – paulatinamente – ponerlos en práctica con la ayuda del maestro y de los otros alumnos (TEDESCO, 2012, p.166-167).

Os monitores são peças essenciais nas engrenagens das EFAs, pois são responsáveis pelo funcionamento pedagógico e administrativo. Seu perfil está longe do tradicional e das funções engavetadas, pois precisa estar preparado para as mudanças e diversidades, não só com formação inicial, mas também com a formação continuada e atualização docente. Suas funções perpassam “desde o acompanhamento personalizado de um educando à orientação geral de uma turma, no acompanhamento da vida familiar, profissional e cultural” (FONSECA, 2007, p. 9). Isto torna seus afazeres interessantes, instigantes e, também, muito complexos, haja visto que deve estar em constante busca pela formação continuada. O exemplo desta complexidade é dado por Fonseca (2007), quando coloca o que engloba a formação deste profissional:

A formação de monitores considera por objetivo que o educador seja engajado no projeto, tomando consciência da pertença a uma instituição que exige militância e não apenas competência técnica.; conheça a fundamentação e os princípios da Pedagogia da Alternância e encontre o sentido dos instrumentos e atividades pedagógicas inerentes a uma verdadeira alternância educativa; saiba gerir aulas e atividades de formação em geral, numa metodologia participativa e construtiva do conhecimento, bem como saiba utilizar os instrumentos pedagógicos e a parceria com os colaboradores no processo educativo, tais como os pais, as lideranças das comunidades, profissionais, empresários e autoridades em geral; consciente das realidades sócio política, econômica, cultural e ecológica no âmbito local, regional, nacional e internacional para saber pensar global e agir local na perspectiva do desenvolvimento sustentável (FONSECA, 2007, p. 7).

Para que desenvolva bem sua prática educacional, o professor deve aplicar as abordagens disseminadas por Vigotsky, baseando-se na interação social para o desenvolvimento intelectual dos seus alunos. É preciso ter noção de que este novo estilo de pedagogia favorece a aprendizagem coletiva e personalizada, conduzindo a um processo de ensino construtivo. Para isso, as ações são abalizadas em humanização, com atividades elaboradas sob os princípios do respeito e da solidariedade ao companheiro de trabalho. Deste modo, cada sujeito tem sua própria responsabilidade nas atividades, mas não lhe é excluído a participação e contribuição na parte que cabe ao outro, formando uma teia colaborativa em que uns se apoiam nos outros para alcançar a meta de todo o grupo.



Pensando por este lado, é possível analisar o posicionamento de um professor interdisciplinar, que nas palavras de Fazenda (1994) citado por Cavalcante, Pinho e Andrade (2015, p. 223) apresenta algumas características:

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor, atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida.

O professor/monitor que trabalha na Pedagogia da Alternância (PA), portanto de forma interdisciplinar, deve sempre procurar novos desafios, ter compromisso, ser humilde, estando sempre aberto ao diálogo, numa característica humanística bem evidenciada no seu fazer profissional. Juntos, os monitores interdisciplinares formam uma equipe, que podem vir de diferentes campos disciplinares, procurando valorizar suas controvérsias para buscar uma problemática comum, confrontando a disciplinaridade em prol do interdisciplinar. Assim, em unidade, reconhecem que não são especialistas em tudo, mas unem suas habilidades individuais para entender o todo, aceitando as críticas dos colegas não especialistas.

## **Considerações Finais**

Neste artigo foi possível notar que falar sobre Pedagogia da Alternância requer um pensamento interdisciplinar. Isto é possível porque este tema enfatiza o sujeito do campo como sujeito cultural e de direitos, assim como a interdisciplinaridade tem como princípio exaltar os saberes do sujeito como um todo, e não em suas partes.

Há muito tempo, muitos estudiosos do ensino buscam reestruturar o currículo escolar, experimentando e trabalhando com a interdisciplinaridade com grande empenho, tentando amarrar as disciplinas para que entrem em convergência de saberes. A educação brasileira vem seguindo este raciocínio, tentando melhorar a educação por meio de estratégias inovadoras e diferenciadas. Prova disto são as legislações, como a LDB Lei nº 9394/96 que propõe inovações a partir da interdisciplinaridade, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, que também discutem este tema como uma ferramenta na formação de alunos que compreendem a complexidade do mundo no qual estão inseridos. Inclusive, são os PCNs que trazem os temas transversais para o seio escolar, colocando a Ética, a Saúde, a Orientação Sexual, o Meio ambiente, a Pluralidade Cultural, o Trabalho e o Consumo como questões inerentes ao ensino das disciplinas de base nacional comum.

Do mesmo modo, a Pedagogia da Alternância baseia seus princípios na cultura do pensamento, colocando a interdisciplinaridade acima da segmentação do conhecimento,

respeitando as relações e influências que as disciplinas criam entre si e promovendo interconexões que provocam a aprendizagem integral. Coimbra (2000, p. 66) exhibe uma hipótese de que “a vocação interdisciplinar parece ser muito mais das instituições do que incumbência de indivíduos isolados”. Por isto, as Escolas Família Agrícolas agregam a Pedagogia da Alternância ao seu método de ensino em busca de uma aprendizagem significativa.

## Referências

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. **Da medida do rural ao rural sob medida**: representações sociais em perspectiva. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 21, n. 2, pp. 385-402, abr/jun. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., & CALDART, R. S. (Orgs). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Caderno 4 (pp. 18-25). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CAVALCANTE, Márcia Suany Dias; PINHO, Maria José de; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Interdisciplinaridade e livro didático**: interfaces (im) possíveis? Revista do GELNE, Natal/ RN, v. 17, n. 1/2, p. 213-234, 2015.

FONSECA, Aparecida Maria. **Desafios e Perspectivas na formação dos profissionais da Escola Família Agrícola**. Anpae, 2007. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/43.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/43.pdf). Acesso em: 02 de junho de 2017.

GODINHO, Edna Maria Silva Oliveira. **Pedagogia Da Alternância**. 2008. Disponível em: <http://webartigos.com/artigos/pedagogia-da-alternancia/3845>. Acesso em: 14 de junho de 2017.

GODOY DO NASCIMENTO, Claudemiro. **Educação, Cidadania e Políticas Sociais**: a luta pela educação básica do campo em Goiás. Revista Iberoamericana de educação. 2004.

KHUN, Ednizia Ribeiro Araujo. **Análise da política de Educação do Campo no Brasil**: meandros do PRONERA e do PRONACAMPO. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia/UFBA. Salvador, Bahia, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Revista Educação Social**. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

TAFAREL, Celi Zulke; MOLINA, Mônica Castagna. Política Educacional e Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete, et. al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 571-578, 2012.

TALASKA, Alcione; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; ETGES, Virginia Elisabeta. **Cidade e campo**: para além dos critérios e atributos, as relações e contradições entre o urbano e o rural. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educación y justicia social em América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, Universidad Nacional de San Martín, 2012.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil**: revisão de literatura e perspectivas para pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago 2008.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, pp. 71-94, 2004.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, vol. 20, n. 57, pp. 333-353, 2006.

## NOTAS DE AUTORIA

**Karolyna Maciel dos Santos Cordeiro** é Doutora em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Atualmente é Coordenadora Pedagógica da Educação em Tempo Integral do Ensino Fundamental, na Prefeitura Municipal de Marataízes.

**Leandro Garcia Pinho** é Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é Professor Associado do Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF);

Coordenador da disciplina Fundamentos da Educação III do Consórcio CEDERJ/CECERJ para os polos de Itaperuna, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Itaocara, Natividade, Macaé e Bom Jesus do Itabapoana. Integra a equipe de pesquisadores do Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte (UENF).

### **Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT**

CORDEIRO, Karolyna Maciel dos Santos; PINHO, Leandro Garcia. Educação do Campo: a Pedagogia da Alternância e as Escolas Família Agrícolas. **Sobre Tudo**, Florianópolis, v. 15, n. 1 p. 18-32, 2024.

### **Financiamento**

Não se aplica.

### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica.

### **Licença de uso**

Os/as autores/as cedem à Revista Sobre Tudo os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### **Publisher**

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Colégio de Aplicação. Publicação na página da Revista Sobre Tudo. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

### **Histórico**

Recebido em: 14/10/2023

Aprovado em: 05/06/2024

Publicado em: 11/07/2024